



# MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

## Procuradoria Geral do Município

### PARECER JURÍDICO

**Processo Administrativo nº:** 14057 / 2025

**Processo:** Pregão Eletrônico nº 12/2025

Assunto: Análise de Recursos Administrativos. Edital que prevê comprovante de inscrição em entidade representativa publicitária SINAPRO/RJ- Sindicato das Agências de Propaganda. Licitante que apresentou inscrição SINAPRO/ES, descumprindo regra editalícia. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Princípio da territorialidade sindical.

Trata-se o presente de análise e parecer considerando divergências entre o entendimento do setor técnico no exercício de auxiliar o setor de licitação e a análise jurídica, sendo o presente feito remetido a esta Procuradora Geral para análise.

Constam no evento #1, recursos das empresas Mateus C Dias Comunicação Ltda, Agência Fera Marketing Ltda, contrarrazões Towdah Comunicação EIRELI ME.

No evento #2, o Departamento de Comunicação do Município apresentou a seguinte manifestação: *“Analisando os recursos e as contrarrazoes, visando auxiliar o departamento de licitação, temos a informar que não fora trazido em suas peças nenhum elemento novo, impeditivo, extintivo ou modificativo do que já fora deliberado. A peculiaridade do processo em Análise, é que o segundo certame, com os mesmos objetivos, e que o edital não foi impugnado, que pela segunda vez as empresas aceitam as regras e depois querem contestar. Assim, opinamos por rejeitar os recursos apresentados, mantendo a empresa TOWDAH COMUNICAÇÃO como vencedora do certame”.*

Após questionamentos do Advogado do Município no #4, a Divisão de Licitação trouxe os seguintes esclarecimentos para a análise jurídica: **“Folhas 3 a 6:** constam os motivos que ensejaram a inabilitação de todas as empresas participantes; **Folha 7:** registra a comunicação desta Pregoeira quanto à concessão de prazo para diligência, em razão da inabilitação das licitantes; **Folha 9:** apresenta os fundamentos da inabilitação das empresas que atenderam à diligência, destacando-se apenas a empresa considerada apta a prosseguir no procedimento licitatório. Anexo, ainda, o **Edital** e os **pareceres do Setor Contábil** e da **Secretaria demandante** para fins de instrução do processo. Informo que os pareceres emitidos pelo Setor





# MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

## Procuradoria Geral do Município

*Contábil e pela Secretaria Demandante possuem natureza meramente opinativa, destinando-se a subsidiar e orientar o julgamento a ser proferido por esta Pregoeira”, que anexou os seguintes documentos: edital pregão eletrônico 12/2025, ata da sessão provisória, parecer contábil 1º, datado de 06/10/2025 (1ª fase habilitação do certame) e parecer 2º (2ª fase do certame), datado de 20/10/2025, e análise técnica Setor de Comunicação.*

No evento #10, o Advogado do Município emitiu parecer jurídico sobre os recursos administrativos interpostos pelas empresas Mateus C. Dias Comunicação Ltda. e Agência Fera Marketing Ltda. no âmbito do Pregão Eletrônico nº 12/2025, entendendo que de acordo com o parecer contábil, a empresa Mateus C. Dias Comunicação descumpriu o art. 69 da Lei nº 14.133/2021, o que inviabilizou a comprovação de sua qualificação econômico-financeira e opinou pelo indeferimento; no que se refere à Agência Fera, o parecer concluiu pela habilitação da empresa Fera por estar habilitada com o registro no SINAPRO/ES, entendendo que supre a exigência editalícia constante do item 9.12.3.1 que estabelece que a exigência de registro no SINAPRO/RJ, entendendo que não pode o agente público restringir a competitividade exigindo somente o registro no SINAPRO/RJ, nos termos do art. 9º, I, a da Lei 14.133/2021.

Por fim, o parecer do Advogado do Município não apreciou as contrarrazões apresentadas pela empresa Towdah Comunicação justificando *“Considerando que somente as empresas MATEUS C DIAS COMUNICAÇÃO LTDA e AGENCIA FERA MARKETINS LTDA apresentaram recursos, **deixo de analisar a documentação das demais empresas**”.*

Eis a breve síntese. Passo à análise.

O presente parecer tem por objetivo analisar divergência apontada no parecer emitido pelo técnico e o parecer jurídico do Advogado do Município no que se refere à previsão no edital de licitação, item 9.12.3.1, de apresentação pelas empresas participantes do certame de comprovante de inscrição em entidade representativa publicitária SINAPRO/RJ- Sindicato das Agências de Propaganda:

**9.12.3. Será exigida a apresentação de comprovante de inscrição da licitante em entidade representativa da atividade publicitária, vigente na data da entrega da proposta, conforme o art. 3º da Lei nº 4.680/1965, dentre as seguintes:**  
**9.12.3.1. Sindicato das Agências de Propaganda – SINAPRO/RJ.**





# MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

## Procuradoria Geral do Município

### 1- Do princípio da vinculação ao instrumento convocatório

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no art. 5º, IV, da Lei nº 14.133/2021, impõe à Administração e aos licitantes a observância rigorosa das regras fixadas no edital. Assim, qualquer flexibilização de exigências editalícias compromete a segurança jurídica e a isonomia entre os licitantes.

O Tribunal de Contas da União posicionou -se quanto à observância às regras editalícias:

CONTROLE EXTERNO – REPRESENTAÇÃO – LICITAÇÃO – CONTRATAÇÃO DE EMPREITEIRA PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA – INABILITAÇÃO DURANTE O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – REJEITAR PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE DE CONTAS – PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO – IMPROCEDÊNCIA – INEXISTÊNCIA DE DOLO OU ERRO GROSSERIO – REVOGAR CAUTELAR – CIÊNCIA – ARQUIVAR. É obrigatória, em observância ao princípio da vinculação ao edital, a verificação de compatibilidade entre as regras editalícias e as propostas de licitantes. Propostas em desacordo com o instrumento convocatório devem ser desclassificadas. Acórdão 0460/2013 – Segunda Câmara TCU.

No caso em análise, a exigência do registro no SINAPRO/RJ encontra amparo na necessidade de garantir que a agência esteja vinculada a entidade sindical cuja base territorial coincida com o local da execução contratual. Dessa forma, o atendimento a essa exigência não pode ser dispensado sob alegação de formalismo moderado.

### 2- Do princípio da territorialidade sindical

Nos termos do art. 611 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o enquadramento sindical ocorre conforme a base territorial em que se dá a efetiva prestação dos serviços. Assim, apenas o sindicato com abrangência sobre o território de execução pode representar os interesses da categoria profissional ou econômica.

Neste sentido, eis o entendimento jurisprudencial:





# MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

## Procuradoria Geral do Município

REPRESENTAÇÃO SINDICAL. PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE. A representação sindical, de acordo os arts. 611, CLT e 8º, II, CF, é regida pelo princípio da territorialidade . Nesse contexto, as normas coletivas alcançam somente aqueles empregados que prestam serviços na base territorial do sindicato pactuante. Pela aplicação desse princípio, não é possível aplicar CCT que diz respeito ao Sindicato dos propagandistas-vendedores e vendedores de produtos farmacêuticos no Estado de São Paulo - SINPROVESP, sendo que a prestação de serviços ocorreu no Estado do Paraná.

(...)

“Observo que a representação sindical, de acordo os arts. 611, CLT e 8º, II, CF, é regida pelo princípio da territorialidade.

Nesse contexto, as normas coletivas alcançam somente aqueles empregados que prestam serviços na base territorial do sindicato pactuante.

Nessa direção é o entendimento do c. TST:

“(…) NORMAS COLETIVAS APLICÁVEIS. O Regional considerou aplicáveis as normas coletivas firmadas pelos sindicatos atuantes no Estado do Rio Grande do Sul, local da prestação dos serviços, por incidência do princípio da territorialidade. Tal entendimento está em sintonia com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que a representação sindical rege-se pelo princípio da territorialidade, nos termos do art. 8º, inciso II, da Constituição Federal , e do art. 611 da CLT, de modo que o contrato de trabalho será regido pelos pactos coletivos firmados na base territorial na qual o empregado presta serviços, ainda que tenha sido outro o local de sua contratação. Há precedentes. Recurso de revista não conhecido”(ARR-1559-92.2011.5.04.0026, 6ª Turma, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 11/10/2019)

E, como bem mencionado pelo Juízo sentenciante, pelo princípio da territorialidade, não é possível aplicar ao caso em comento a CCT apresentada às fls. 1411 e seguintes, pois diz respeito ao Sindicato dos propagandistas-vendedores e vendedores de produtos farmacêuticos no Estado de São Paulo - SINPROVESP e a prestação de serviços ocorre no Estado do Paraná. (...)”

Recurso da ré a que se nega provimento. (TRT-9 - ROT: 00006014520225090006, Relator.: EDUARDO MILLEO BARACAT, Data de Julgamento: 29/11/2023, 3ª Turma). (Grifos nossos)

A representação sindical é regida pelo princípio da territorialidade, não podendo sindicato de outro Estado exercer representação em base territorial diversa. Diante disso, o enquadramento sindical do





# MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

## Procuradoria Geral do Município

empregado se dá pela abrangência da base territorial do sindicato profissional no âmbito da localidade em que ocorre a efetiva prestação de serviços, nos termos do artigo 611 da CLT e do princípio da territorialidade.

### 3- Dos recursos

Em análise à ata do edital 12/2025, pude observar que a Pregoeira tornou habilitada a empresa Towdah Comunicação LTDA por cumprir as exigências estabelecidas no edital:

**20/10/2025 15:07:04 MENSAGEM PREGOEIRO**

Considerando que somente as empresas MATEUS C DIAS COMUNICACAO LTDA e TOWDAH COMUNICACAO LTDA apresentaram documentações na fase de diligência dentro do prazo estipulado. Faço constar que a empresa VAI ALI COMUNICAÇÃO apresentou documentações dia 16/10/2025 19:15:50, fora do prazo estipulado de 48h, conforme chat dia 14/10/2025 às 10:17:21, não tendo suas documentações consideradas.

**20/10/2025 15:07:30 MENSAGEM PREGOEIRO**

Considerando análise da Pregoeira e equipe de apoio dos documentos fiscais, trabalhistas e jurídicos, os APROVANDO;

**20/10/2025 15:08:19 MENSAGEM PREGOEIRO**

Considerando que o setor demandante, responsável pela análise da habilitação técnica reprovou os documentos da empresa MATEUS C DIAS COMUNICACAO LTDA e aprovou os documentos da empresa TOWDAH COMUNICACAO LTDA conforme maiores explicações contante em documento a ser anexo nesta data na aba arquivos;

**20/10/2025 15:08:41 MENSAGEM PREGOEIRO**

Considerando que o setor contábil, responsável pela análise contábil/financeira da empresa reprovou os documentos da empresa MATEUS C DIAS COMUNICACAO LTDA e aprovou os documentos da empresa TOWDAH COMUNICACAO LTDA conforme maiores explicações contante em documento a ser anexo nesta data na aba arquivos;

**20/10/2025 15:09:18 MENSAGEM PREGOEIRO**

Torno habilitada somente a empresa TOWDAH COMUNICACAO LTDA para prosseguimento do certame, pelas razões expostas

Consta na Ata a inabilitação da AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA:

**14/10/2025 10:05:29 MENSAGEM PREGOEIRO**

INICIO DOS AVISOS REFERENTE A EMPRESA AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA:

**14/10/2025 10:05:39 MENSAGEM PREGOEIRO**

Informo que a empresa AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA encontra-se INABILITADA, em razão do descumprimento de cláusulas editalícias do edital, NÃO apresentou os itens a seguir:

**14/10/2025 10:05:48 MENSAGEM PREGOEIRO**

9.12.3.1. - A empresa apresentou registro no Sinapro ES, deixando de atender o item, que solicitava comprovante de inscrição da licitante em entidade representativa da atividade publicitária no estado do Rio de Janeiro.

**14/10/2025 10:05:57 MENSAGEM PREGOEIRO**

Informo que a análise completa feita pelo Setor de Contabilidade e Secretaria demandante será anexada na aba "Arquivos", da Plataforma BLL Compras.

**14/10/2025 10:06:09 MENSAGEM PREGOEIRO**

Faço constar, com intuito de melhor entendimento do processo, que esta Pregoeira anexou o arquivo "informações importantes - PE Nº 012/2025" na aba "Arquivos", da Plataforma BLL Compras.

**14/10/2025 10:06:20 MENSAGEM PREGOEIRO**

DECIDO pela CONCESSÃO DO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS à empresa para regularização de suas documentações, EXCLUSIVAMENTE QUANTO A FALHAS FORMAIS E SANÁVEIS, mediante a apresentação de DOCUMENTOS EMITIDOS EM DATA ANTERIOR À ABERTURA DA LICITAÇÃO, conforme expressamente permitido pelo artigo 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

**14/10/2025 10:06:29 MENSAGEM PREGOEIRO**

FIM DOS AVISOS REFERENTE A EMPRESA AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA.

O parecer do Advogado do Município assim entendeu:







# MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

## Procuradoria Geral do Município

*“Estando a empresa filiada ao sindicato de seu estado (SINAPRO), entendo cumprida a exigência do edital, haja vista que o que habilita o profissional de propaganda ou publicidade é seu registro profissional nos termos da Lei 4.680/65.*

*Sendo assim, entendo que houve restrição no edital a admitir somente o registro junto ao SINAPRO/RJ e, estando a empresa registrada em seu estado, entendo que a mesma cumpriu o edital*

*(...) opino pelo deferimento do recurso da AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA, por estar habilitada com o registro no SINAPRO/ES, que supre a exigência editalícia constante do item 9.12.3.1, não podendo o agente público restringir a competitividade exigindo somente o registro no SINAPRO/RJ, nos termos do art. 9º, I, a da Lei 14.133/21.”*

**Neste ponto, esta Procuradora Geral ousa discordar do parecer do Advogado do Município quando entendeu que o registro no SINAPRO/ES supre a exigência editalícia constante do item 9.12.3.1 que estabelece a exigência para habilitação comprovante de inscrição em entidade representativa publicitária SINAPRO/RJ- Sindicato das Agências de Propaganda, uma vez que vai de encontro ao princípio da territorialidade, que incide sobre o registro na base territorial onde o serviço será prestado. E como dito alhures, apenas o sindicato com abrangência sobre o território de execução pode representar os interesses da categoria profissional ou econômica.**

Diante disso, reitero o entendimento de que a representação sindical é regida pelo princípio da territorialidade, não podendo sindicato de outro Estado exercer representação em base territorial diversa, com base no art. 611 da CLT e na vasta jurisprudência sobre o assunto.

Entendo, por fim, que o princípio do formalismo moderado permite a correção de falhas formais, desde que não comprometam o conteúdo da habilitação. Contudo, a ausência de registro no órgão sindical SINAPRO/RJ estabelecido no edital constitui falha material e insanável, e se refere à qualificação técnica exigida para fins de habilitação.

**Ante o exposto, entendo que a AGÊNCIA FERA NÃO CUMPRIU AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL, cujo vício é substancial, pois o registro em sindicato de outra base territorial não atende ao edital nem ao princípio da territorialidade sindical.**

Em análise à ata e aos autos, pude observar que a empresa Mateus C. Dias Comunicação Ltda apresentou registro no SINAPRO/RJ emitido após a data da sessão pública, não atendendo à exigência editalícia, o que levou à sua inabilitação.





# MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

## Procuradoria Geral do Município

### 4- Conclusão

Ante todo o exposto, com base no princípio da vinculação ao instrumento convocatório estabelecido no art. 5º da Lei 14.133/2021, no princípio da territorialidade sindical, reformo o parecer do advogado do Município E OPINO:

- 1- pelo INDEFERIMENTO do recurso administrativo interposto pela empresa Agência Fera Marketing Ltda, e OPINO PELA manutenção da decisão de sua inabilitação por não atender à exigência editalícia de comprovação de inscrição no SINAPRO/RJ pelas razões jurídicas expostas no presente.
- 2- Opino pelo INDEFERIMENTO do recurso da empresa Mateus C. Dias Comunicação Ltda por não atender à exigência editalícia.
- 3- Opino pelo ACOLHIMENTO das contrarrazões do recurso da empresa Towdah Comunicação LTDA e pela manutenção de sua habilitação, por atender integralmente às exigências do edital, em conformidade com os princípios da legalidade, da vinculação ao edital e da territorialidade sindical.

É o parecer.

Ao Exmo. Sr. Prefeito para ciência e, após, à Divisão de Licitação.

São José do Vale do Rio Preto, 11 de novembro de 2025

**ELISANGELA ALVES RODRIGUES**  
Procuradora Geral do Município  
OAB/RJ 185.996





**MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO**

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

E15FF07A13A1405F9E9A01077A29031A

**VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS**

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/E15FF07A13A1405F9E9A01077A29031A>